



Egídio e Ibsen: batalha na bancada

Ibsen começa na frente de Egídio para a liderança

A bancada do PMDB na Câmara reúne-se amanhã, a partir das 9 horas, para eleger o seu novo líder. Há dois candidatos: o gaúcho Ibsen Pinheiro, que tenta ser reconduzido ao cargo que herdou do ministro Luiz Henrique; e o pernambucano Egídio Ferreira Lima, representante da ala esquerda do partido. Na antevéspera da eleição, todos os prognósticos apontam ontem para a vitória de Ibsen.

Embora o deputado Ulysses Guimarães nunca tenha declarado sua preferência na disputa, vários de seus amigos na Constituinte acreditam que o atual líder peemedebista. Este apoio, ainda que enrustido, tem valido muitos votos a Pinheiro, a começar pelos 63 deputados que integram o chamado Centro Democrático.

AFINIDADE

Nosso grupo votará no Ibsen — declara o deputado Expedito Machado, coordenador do Centro Democrático. Segundo ele, o candidato gaúcho é, dos dois postulantes, o que mais se afina com a filosofia dos centristas e merecerá, por isso, o apoio do grupo.

Entre os peemedebistas do Centro, o nome do Ibsen Pinheiro também é bem recebido. O deputado Roberto Cardoso Alves, por exemplo, pretende dar o seu voto a ele e explica por que: “O PMDB tem um

candidato à Presidência da República, que é o doutor Ulysses. Desta forma, todas as decisões políticas dentro do partido devem confluir para os seus interesses. Meu voto vai, portanto, para o Ibsen”.

Já o deputado Egídio Ferreira Lima tem o apoio da ala mais à esquerda do partido. Embora o líder Mário Covas não tenha direito a voto (ele é senador), o grupo de deputados que gravitam em torno dele deve votar em Egídio, a começar pelo primeiro vice-líder, o paraense Euclides Scalco. “Temos posições coincidentes em uma série de pontos”, justificou-se Scalco.

E justamente esta identificação com a esquerda que reduz as chances do candidato pernambucano. Afinal, os chamados progressistas estão em minoria na bancada e, além do mais, não fecham unanimemente com Egídio. Os deputados Nelson Jobim e Antônio Britto, só para citar dois expoentes da esquerda peemedebista, votaram em Ibsen porque são seus contrários.

O próprio Egídio Ferreira Lima, aliás, admite que sua vitória seria facilitada pelo surgimento de uma candidatura de direita, que dividiria os votos do adversário. Na ausência desta, direitistas e centristas descarregam seus votos no candidato de Ulysses, o centro-esquerdista Ibsen Pinheiro.

Trégua pode levar a regime misto

Sarney e Ulysses encaminham sistema com Legislativo mais forte

JOÃO EMÍLIO FALCÃO
Repórter Especial

A aprovação de um sistema misto de governo, com amplo fortalecimento do Legislativo, poderá ser acertada a partir dos entendimentos de domingo último entre o Presidente da República, José Sarney, e o presidente da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que estabeleceu os pilares de uma trégua entre os dois Poderes.

A tensão na Constituinte, decorrente do confronto com o Executivo, diminuiu, mas não acabou. O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), ex-ministro da Justiça, observou ontem que o clima está bom até o próximo programa “Conversa ao pé do Rádio”, mas um dos principais líderes do Centro comentou, informalmente, que, “se houver eleição, o Brizola não toma posse”.

RUPTURA

Prova de que ainda há muita tensão foi o anúncio do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) de que colherá assinaturas em um manifesto-compromisso dos constituintes garantindo que “a transição democrática será concluída e de forma pacífica”. Passarinho observou que se inspurou na advertência do editorial de Roberto Marinho, publicado em “O Globo” ontem, de que não pode haver ruptura em decorrência de confronto entre o Executivo e o Legislativo.

Autor de emenda propondo eleições diretas em todos os níveis, o deputado Gilson Machado (PFL-PE), muito ligado ao senador Marco Maciel (PFL-PE), afirmou ontem que “não haverá eleições este ano”. Na conversa com repórteres e deputados, Gilson reafirmou que não podia dizer por que, mas poderia garantir que não haveria eleições.

O líder do Governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS), não desmentiu nem confirmou a existência de um acordo para sistema misto, que facilitaria

o mandato de cinco anos. Frisou que sua opinião será o que o Presidente da República determinar, mas reconheceu que, sem dúvida, “havia um zunzunzum neste sentido”.

Derzi e o deputado Carlos Sant’Anna (PMDB-BA), líder do Governo na Câmara, já foram beneficiados com a trégua relativa entre a Constituinte e o Executivo. O presidente Ulysses Guimarães está decidido a conceder-lhe um período de aproximadamente 10 minutos, nas sessões da Constituinte, para responder às críticas feitas ao Presidente da República. A dificuldade de Ulysses é que não existe, no regimento, a figura de líder do Governo e sim a de líder da maioria.

O senador José Richa (PMDB-PE) e os deputados Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e Victor Faccioni (PDS-RS) receberam, ontem, cumprimentos de outros parlamentares pelo que já consideram a vitória do parlamentarismo. Richa, muito expansivo, reconheceu que o “grande eleitor do parlamentarismo foi o presidente José Sarney”, enquanto Faccioni ressaltava que preferia o parlamentarismo puro.

Os presidencialistas, no entanto, ainda não se consideram derrotados. O senador Marco Maciel convocou uma nova reunião para amanhã do grupo presidencialista, que inclui, entre outros, o senador Jarbas Passarinho, o deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP) e os brizolistas. A ideia predominante no grupo é aprovar uma emenda fortalecendo o Poder Legislativo, conservando, porém, o Presidente da República como chefe de Estado e de Governo.

Entre as propostas há grande simpatia em torno da apresentada pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que prevê a queda do ministro de Estado por voto de censura da Câmara. Além disso, o ministro terá de deixar o cargo se, comparecendo à Câmara, não receber uma moção de aplauso a sua fala. Isso significará que ele não convenceu e não pode mais ficar no cargo.

GIVALDO BARBOSA



Ulysses com os líderes: sem acordo. Carta só fica pronta em setembro

Ulysses obtém apoio para acelerar votação

O deputado Ulysses Guimarães deu início ontem, ao seu plano para acelerar ainda mais os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte — única forma, segundo ele, para superar a crise política vivida pelo País, e também para conter as ameaças ao processo de transição democrática, que se completaria com a promulgação do texto constitucional.

Ele reuniu em seu gabinete, durante quase duas horas, mais de 30 constituintes, entre eles as principais lideranças partidárias, e adotou, com concordância da maioria, mecanismos que, a seu ver, permitirão promulgar a nova Constituição brasileira a 21 de abril próximo. O mandato do presidente José Sarney, se tudo correr como pretende Ulysses, será definido dentro de uns 15 dias, mais ou menos.

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte não conseguiu a adesão que pretendia para a ideia de se votar em bloco as emendas não destacadas, mas considerou positiva a reunião, pelo surgimento e acordo em torno de novas ideias: fusão de propostas, co-autoria de emendas, redução do tempo de encaminhamento de votações e maior rigor no critério de prejudicialidade das matérias.

Ulysses Guimarães, ao final do encontro, voltou a repetir a frase que tem dito, insistidamente nos últimos dias, de que a Constituinte deve ser escrita com dois blocos: um de breve; o outro, de boa. E disse não ter dúvidas de que uma boa Constituição será promulgada brevemente.

Ulysses Guimarães, os líderes Mário Covas e Fer-

nando Henrique Cardoso, o senador José Richa e os deputados Euclides Scalco, Ibsen Pinheiro (líder do PMDB na Câmara), Antônio Britto Pimenta da Veiga, entre outros, fizeram várias reuniões para análise da situação — no gabinete de Ulysses, sexta-feira, na casa de Mário Covas, no domingo — concluindo que a melhor resposta às dificuldades políticas com o Governo é apressar o trabalho constituinte.

Na avaliação feita pelas mais importantes lideranças da Constituinte, se for mantido o ritmo médio de trabalho apurado até agora, a nova Constituição só estaria pronta lá para meados de setembro (em cinco semanas, tivemos 121 votações e o plenário deliberou sobre 257 pedidos de destaque, faltando apreciar, ainda, 2.020 pedidos de destaque).

Consoante levantamento procedido a pedido do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, revelado na reunião de domingo no apartamento do Senador, se o plenário seguisse o ritmo de votação da semana passada — o mais in-

tenso até aqui apurado — teríamos pela frente, no mínimo, mais quatro meses de trabalho, com o que tudo se encerraria em julho.

Como todos os presentes concluíram que a melhor resposta à ofensiva desencadeada pelo governo sobre a Constituinte é apressar o trabalho de elaboração do novo texto, de forma a concluí-lo a 21 de abril, como quer Ulysses Guimarães, ou, no mais tardar, em fins de abril, foram decididas algumas medidas concretas.

Dentro dessa orientação, as lideranças recomendaram esforços em favor de negociações que evitem “decisões insensatas no plenário, para não dar pretextos aos que desejam desmoralizar a Constituinte”.

— A palavra de ordem — disseram Antônio Britto e Pimenta da Veiga — é procurar soluções consensuais e de equilíbrio onde for possível.

Para isso, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte irá reunir todos os dias, durante os períodos da manhã, as lideranças partidárias, que

terão que chegar a um acordo, em torno das matérias a serem votadas à tarde. As sessões da Constituinte, que começarão às 14 horas, não terão mais pinga-fogo. Todo o seu tempo será utilizado para votação das matérias do projeto constitucional.

Também com o objetivo de acelerar o processo, os encaminhamentos das votações deverão ter seu tempo reduzido. Normalmente, a Constituinte usa quatro oradores: dois a favor, dois contra a matéria. Ulysses pretende, com a compreensão dos autores e das lideranças, reduzir isso pela metade.

Quando à fusão das matérias, disse que “devemos aproveitar ao máximo esse instituto da fusão, não só do título que está sendo discutido, e do capítulo, porém mais à frente, porque a fusão permitirá que um grande número de emendas, que seriam votadas separadamente, seja apreciada em bloco, de uma única vez”.

Outro instituto a ser utilizado, segundo Ulysses, é o da co-autoria: “As vezes, uma proposição tem palavras, expressões de uma outra emenda, então se faz a co-autoria, não fica um autor só, mas vários autores, o que também ajudará no processo de votação”.

As reuniões das lideranças terão início já hoje dentro do plano traçado para acelerar as votações do texto constitucional. Os líderes pretendem elaborar três listas: uma, com as matérias de consenso; outra, com as matérias que não deverão integrar o projeto de Constituição, ficando para a legislação ordinária; e uma terceira lista, com os assuntos que serão decididos no voto.

COMO VOTAR A JATO

1. Diminuir o número de oradores para o encaminhamento das matérias a serem votadas. Um falará contra, outro a favor.
2. Aumentar ao máximo o número de fusões de emendas sobre o mesmo assunto.
3. Aumentar a co-autoria das emendas semelhantes. Seus autores assinarão uma única emenda a ser levada à votação, e, mais rigor na prejudicialidade.
4. As manhãs serão destinadas às reuniões de lideranças para análise das matérias que serão votadas nas sessões da tarde. Paralelamente a essas reuniões acontecerá a sessão plenária destinada às discussões, debates, questionamentos e pequenos pronunciamentos.
5. Votação em bloco das emendas não destacadas.

Proposta de adiar é recusada

O deputado Ibsen Pinheiro (RS), líder em exercício do PMDB, não aceita a proposta do deputado Egídio Ferreira Lima (PE), candidato a líder da bancada na Câmara, de transferir a eleição para a liderança para oito dias após a promulgação da nova Constituição.

Egídio Ferreira Lima está colhendo assinaturas de requerimento ao atual líder, de adiamento da eleição na bancada, marcada para amanhã, a partir das 9 horas, sob a alegação de que, nesta fase, os deputados do PMDB e os de todos os partidos “estão voltados para o trabalho fundamental de elaboração da nova Carta”.

QUADRO MUDA

O deputado pernambucano entende que o quadro político posterior à promulgação da Constituição “seguramente será outro, muito mais fértil e mais próprio à discussão sobre o destino do partido”. Disse ainda Egídio Ferreira Lima que fazer a eleição agora do

líder da bancada do PMDB na Câmara “seria desvirtuar o seu objetivo e desprezar o líder eleito de compromisso no sentido da consolidação e da afirmação do partido”.

Ibsen Pinheiro, contestando, afirmou que seu mandato de líder interino termina hoje, com o início de uma sessão legislativa. Ele está no cargo interinamente, desde a indicação do ex-líder Luiz Henrique para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Disse ainda Ibsen Pinheiro que, se for para adiar a eleição, seria melhor deixar a bancada acéfala, sem liderança, “o que seria um absurdo”. Lembrou que no início do ano passado as bancadas do partido na Câmara e no Senado decidiram separar a liderança da Constituinte das lideranças das duas casas do Congresso. Neste ano, inclusive, a bancada do Senado reconduziu Fernando Henrique Cardoso à liderança. A eleição do líder é indispensável, até mesmo para atender normas regimentais da Câmara — disse ele.

Mandato mantém discórdia

Sarney e Ulysses tiveram uma conversa amena e inconclusiva, no domingo passado, mas o encontro não serviu para mudar a posição de nenhum deles. Sarney insistiu em que, há muito tempo, vinha reclamando uma definição a respeito da duração de seu mandato, senão da Constituinte, pelo menos dos seus parceiros de Aliança Democrática. Ulysses evitou se aprofundar a respeito do tema delicado, sustentando que a tarefa prioritária é apressar o processo de elaboração da nova Carta Constitucional.

Em outras palavras, cada um manteve sua posição a respeito do problema mais importante, o que autoriza a expectativa de que o conflito entre Governo e Constituinte não teve fim. Da parte de Sarney, o que se pode dizer é que suas forças não apoiaram sua última e agressiva manifestação, tanto que o jornal O Globo saiu com editorial na primeira página, assinado por Roberto Marinho.

Ali se fazem algumas observações restritivas ao comportamento do Presidente da República. Informantes autorizados na cúpula militar asseguram que as Forças Armadas acompanham atentamente a evolução do processo político, estão evidentemente preocupadas com a falta de esperança numa solução do problema econômico-financeiro, mas não existe nenhuma cogitação no meio para interromper o processo até o momento.

— Estamos profundamente preocupados com a situação, mas ainda acreditando numa saída. No momento, realmente, não estamos vendo luz no fim do túnel — observa-nos um oficial graduado.

A falta de entendimento das mais importantes lideranças a respeito do que é fundamental aos interesses do País preocupa figuras importantes do meio militar. Uma dessas personalidades lembrava que a elite civil não conseguiu se entender a respeito de pontos essenciais ao processo de redemocratização, sem esquecer naturalmente um programa capaz de superar a grave crise econômica-financeira.

E repetia o que disse, recentemente, o ministro Aureliano Chaves — os empresários estão lutando por uma posição, a CUT por outra, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil tem sua própria receita, enquanto as lideranças políticas parecem partidárias, revelando-se incapazes de encontrar o caminho de um entendimento. Enquanto isso, a situação econômico-financeira torna-se cada vez mais difícil, agravando-se até níveis intoleráveis os problemas de natureza social.

A intervenção no processo político não é hipótese sequer admitida — a menos que o País fosse abalado por uma grande convulsão política e social. A alta hierarquia militar observa a evolução do quadro nacional com evidentes preocupações, mas ainda acreditando que os políticos brasileiros se revelem capazes de formular uma saída.

De um modo geral, os militares defendem a manutenção do sistema presidencialista, mas não a opção de qualquer veto a uma decisão da Constituinte em favor do sistema parlamentarista de governo. Esperam que sejam tomadas as medidas preparatórias necessárias à prática desse regime, como a adaptação de partidos à máquina burocrática, assim como as alterações — o que se critica nesse meio — como em amplos setores da opinião pública nacional — é a hipótese de um parlamentarismo híbrido, experiência que se tentou sem sucesso experimentar no Brasil a partir de 1961. A tradição brasileira aponta para a conveniência de conservar o regime presidencial de governo, mas se houver uma tentativa de experimentar o parlamentarismo, que o modelo seja parlamentarista mesmo e não híbrido.

As preocupações que existem entre os militares, pelo que se sente, são as mesmas que dominam amplos setores da opinião nacional, incluindo a própria corporação política. Há uma grande ansiedade pela falta de esperança numa solução dos problemas econômicos e financeiros, principalmente da inflação, a curto e médio prazo.

Pedro Ivo não crê em renúncia

O governador Pedro Ivo, de Santa Catarina, disse ontem que não acredita na possibilidade dos ministros Renato Archer, Celso Furtado e Luiz Henrique deixarem o governo do presidente Sarney.

Segundo o governador “renunciar ao poder é um ato de covardia, pois o poder deve ser exercido com competência. O que não pode acontecer é se deixar o poder gratuitamente, depois de muita luta para se chegar a ele”.

Pedro Ivo, que no final de semana declarou que o PMDB deve procurar sua vocação de agremiação de centro-esquerda e que a Constituinte é soberana para definir o mandato do presidente Sarney, reafirmou ontem que continua defendendo a permanência do Presidente no governo até o ano que vem. O que ocorre, na avaliação do governador, é que “a Constituição estipulou um mandato de seis anos, mas que Sarney abriu mão de um voluntariamente. Como qualquer cidadão, o presidente Sarney pode recorrer ao Supremo para resguardar seus direitos. O Supremo vai dizer quem tem razão”.

Cincoanistas vão rearticular-se

Ministros e parlamentares favoráveis ao mandato de cinco anos a Sarney estão procurando rearticular movimento na Constituinte contra eleições presidenciais neste ano. Do Ministério, os mais atuantes seriam Prisco Viana, Antônio Carlos Magalhães e Borges da Silva. Já na área parlamentar, Carlos Sant’Anna, José Geraldo, Roberto Cardoso Alves, José Lourenço, Ricardo Fiuza, Luiz Eduardo e Leopoldo Peres, entre outros.

Nos próximos dias, o líder Carlos Sant’Anna deverá promover reunião informal com um parlamentar de cada Estado, favorável ao mandato presidencial de cinco anos, para reorganizar o movimento. Para Roberto Cardoso Alves, “se o Sarney não ajudar, não vai adiantar nada. Ele só poderá ajudar se realmente deseja ficar no Governo até março de 1990”.

O deputado paulista lembrou que na semana passada, na sua conversa com o chefe do Governo, ouviu de Sarney o desabafo: “Os que mais recebem são os que menos dão”. O parlamen-

tar paulista, a exemplo de José Geraldo Ribeiro, de Ricardo Fiuza, José Lourenço e outros, tem dito que se o Governo continuar impassível diante da movimentação de ministros, autoridades do segundo escalão, governadores e parlamentares, a favor de eleições em 88, a tendência da Constituinte dificilmente será alterada, já que é a favor do mandato de quatro anos e do parlamentarismo.

Nos bastidores da Constituinte circulou ontem a informação de que hoje ou amanhã será afastado o presidente do Inamps, Hélio Cordeiro. Para muitos, seria a preparação do afastamento do ministro da Previdência Social, Renato Archer, dos mais ligados a Ulysses Guimarães, cuja cabeça tem sido pedida há tempos pelo PFL e pelos peemedebistas que defendem cinco anos a Sarney.

Um dos parlamentares de bom trânsito no Planalto e que continua defendendo o mandato de cinco anos comentou que enquanto o Governo não tomar a iniciativa de se livrar dos “infiéis” — os que defendem eleições em 88 — não vai aconte-

cer nada. “Estaremos caminhando para o caos — mandato de quatro anos e, ainda, o parlamentarismo: o dr. Ulysses já foi devidamente alertado para o risco que o País correrá, se realizadas eleições presidenciais neste ano” — disse o mesmo constituinte do PMDB.

A proposta que Sarney está aceitando, chamada de “presidencialismo congressional”, não é nenhuma novidade. Há meses que os deputados Manoel Moreira, Milton Reis, Cid Carvalho e o ex-deputado Israel Pinheiro Filho estão tentando viabilizá-la. A iniciativa foi de Ulysses Guimarães, elaborada pelo seu assessor especial, advogado Miguel Reale Junior, tendo sido formalizada pelo deputado Manoel Moreira.

Peia sugestão, o primeiro-ministro não teria funções de chefe de governo, mas de ministro coordenador. A escolha recair num parlamentar, o Congresso não precisaria opinar — o que teria de fazer, se o escolhido para primeiro-ministro não exercesse mandato no Legislativo.